

# COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

CNPJ nº 10.835.932/0001-08 | CVM nº 01436-2 | Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

DESTAQUES (R\$ MM) 4T23	4T23	4T22	Δ %	2023	2022	Δ %
Margem Bruta	647	643	1%	2.362	2.216	7%
EBITDA	403	437	(8%)	1.400	1.331	5%
Resultado Financeiro	(233)	(215)	8%	(993)	(747)	33%
Lucro Líquido	41	97	(58%)	6	157	(96%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	4.885	4.634	5,4%	18.393	17.688	4,0%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativo + livre + GD)	3.895	3.802	2,4%	15.127	14.715	2,8%
Número de Clientes (mil)	4.038	3.950	2,2%			
DEC anualizado (horas)	11,31	11,75	(0,44)			
FEC anualizado (interrupções)	5,16	4,77	0,39			
Perdas de Distribuição (%)	17,44%	16,58%	0,86p.p.			
Indicadores Financeiros de Dívida¹						
Dívida Líquida²/EBITDA³	5,43	4,98	0,45			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants  
 ¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários  
 ² EBITDA 12 meses  
**Destaque Operacionais e Operacionais:**  
 • Energia injetada total, incluindo GD, de 4.885 GWh no 4T23 (+5,4% vs. 4T22) e de 18.393 GWh em 2023 (+4,0% vs. 2022).  
 • EBITDA no 4T23 de R\$ 403 milhões (-8% vs. 4T22) e em 2023 de R\$ 1.400 milhões (+5% vs. 2022). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) foi de R\$ 358 milhões no 4T23 (-6% vs. 4T22) e de R\$ 1.199 milhões em 2023 (+6% vs. 2022).  
 • As despesas operacionais no 4T23 de R\$ 198 milhões (+14% vs. 4T22) e de R\$ 737 milhões em 2023 (+4% vs. 2022), absorvendo a inflação do período e crescimento de clientes;  
 • R\$ 804 milhões de Capex em 2023, maior parte dedicada à expansão da rede;  
 • DEC 12 meses de 11,31h (abaixo do regulatório de 12,43h) e FEC 12 meses de 5,16x (abaixo do regulatório de 7,31x).

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

Na Neoenergia Pernambuco temos o cliente como o centro do nosso negócio. E 2023 foi ainda mais especial nesse sentido: foi nesse ano em que atingimos, e ultrapassamos, a importante marca de quatro milhões de clientes atendidos pela distribuidora. Finalizamos o ano com 4.038 mil clientes cadastrados. Isso significa mais de nove milhões de pessoas beneficiadas pela nossa energia!  
 Para alcançarmos esses números, realizamos 125 mil ligações novas e 27 mil novas conexões de geração distribuída ao longo do ano. Também regularizamos mais de 58 mil clientes antes clandestinos, em um esforço para combater os furtos e fraudes de energia.  
 Além das regularizações, esse esforço compreendeu 135 mil inspeções e 195 ações de combate aos desvios, algumas delas envolvendo parcerias com as polícias locais. A atuação de intolerância em relação às irregularidades nos rendeu 195 GWh de energia recuperada ao longo do ano.  
 Para oferecer uma melhor qualidade dos serviços aos nossos clientes e suas famílias, além de proteger a rede existente, construímos três novas subestações, instalamos 108 religadores e 16 alimentadores novos, totalizando 56km de rede nova. Foram R\$ 804MM investidos de janeiro a dezembro. Como resultados das melhorias, concluímos o ano com a melhor marca histórica no indicador DEC, chegando a 11,31 horas. O FEC foi de 5,16 vezes, ambos abaixo do limite regulatório.  
 Continuaremos investindo fortemente na modernização e ampliação do fornecimento de energia na nossa área de concessão, inclusive com o apoio do nosso primeiro financiamento verde acordado junto a um banco de fomento. Em maio, assinamos com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e o Banco MUFJ (Mitsubishi UFJ Financial Group) um aporte no valor total de R\$ 703,4MM, que serão destinados a linhas do nosso plano de investimentos com foco nos princípios ESG e contribuirão para quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU: energia limpa e acessível (#7), redução de desigualdades (#10), ação climática (#13) e parcerias para o atingimento das metas (#17).  
 Temos um compromisso forte com as práticas ESG e, em 2023, a Escola de Eletricistas nos ajudou a investir no pilar social. No mês de agosto formamos 78 novos profissionais, sendo 54% destes, mulheres. O programa, já consolidado no grupo, formou desde 2018 mais de 1.800 pessoas na área de atuação da Neoenergia Pernambuco.  
 O ano de 2023 foi, também, um período de recuperação econômica em um cenário pós-pandemia. Com o objetivo de apoiar esse movimento, aderimos ao programa Desenrola, do Governo Federal, e oferecemos descontos inéditos e diferenciados, além de condições atrativas de parcelamento de dívidas, buscando fornecer aos nossos clientes opções vantajosas para saírem da inadimplência. Conseguimos, com isso, negociar um montante na casa dos R\$ 4,4MM.  
 Como resultado de todas essas e muitas outras ações e esforços de nossas equipes, finalizamos o ano com EBITDA 5% superior em relação ao ano anterior. Para 2024 seguimos fortes e confiantes, com foco em melhorar cada vez mais nossa eficiência e fornecer energia de qualidade para os nossos clientes, que são nossos principais direcionadores. Para isso, contamos com o compromisso dos nossos colaboradores, a confiança dos acionistas e o apoio dos nossos parceiros.  
 Obrigado pelo caminho até aqui e vamos juntos em frente!

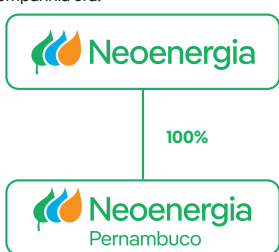
Saulo Cabral e Silva  
 Diretor Presidente da Neoenergia Pernambuco

### 1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2023, a Estrutura Acionária da Companhia era:



### 2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2023, as projeções para a economia vislumbravam um cenário de taxas de juros elevadas em virtude do panorama inflacionário e incertezas na frente fiscal.  
 Nesse cenário, o Relatório Focus do Banco Central de 30 de dezembro de 2022, projetou para 2023 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,80%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,31%, com Taxa Selic ainda em alta, com expectativa de fechar 2023 em 12,25%.  
 A primeira metade do ano foi marcada por um cenário turbulento na economia global, com inflação elevada nas principais economias, o que levou os Bancos Centrais a elevarem ainda mais as taxas de juros como medida para conter a inflação.  
 No Brasil, o primeiro semestre foi caracterizado por um mercado de crédito restritivo, mas com surpresas positivas no PIB provenientes do agronegócio. A partir do segundo semestre de 2023, pouco a pouco, os Bancos Centrais das principais economias começaram a sinalizar que o fim do aperto fiscal estava mais próximo, ao passo que o Brasil, que iniciou seu aperto mais cedo, viu seu Banco Central dar início a redução dos juros com cortes consecutivos de 0,50 p.p. na Taxa Selic, que encerrou 2023 em 11,75%.  
 Já a inflação medida pelo IPCA encerrou 2023 com alta acumulada de 4,62%, dentro das bandas da meta de inflação e abaixo da registrada em 2022, de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Em relação ao PIB, a economia encerrou 2023 com perspectiva de crescimento de 3,2%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano.  
 O índice Ibovespa encerrou 2023 com uma alta de 22,28%, crescimento este caracterizado pelo menor recuo do mercado, refletindo a melhoria do cenário macroeconômico a partir da segunda metade do ano, principalmente com as expectativas de queda nos juros nos Estados Unidos e maior otimismo com cenário fiscal brasileiro.  
 Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de 5,1% em relação a 2022, influenciado pelas altas temperaturas e baixo volume de chuvas no segundo semestre do ano nas diversas regiões do país.

### 3. AMBIENTE REGULATÓRIO

#### 3.1. Tarifas

Em 12 de maio, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Pernambuco e entrou em vigor no dia 14 de maio, com efeito médio de 9,02% para os consumidores (10,41% para alta e média tensão e 8,51% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no cálculo do reajuste foram os custos com compra e transporte de energia, além dos componentes financeiros.  
 A variação da Parcela A foi de 6,1%, totalizando R\$ 5.238 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 21,4% nos encargos de transmissão e 8,7% nos custos com compra de energia, além de 0,21% em função de MMGD na apuração das perdas técnicas. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 279,12/MWh. Já a Parcela B não apresentou variação, totalizando R\$ 2.323 milhões, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 0,17%, deduzida do Fator X, de 0,17%.

#### 3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

##### Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 28 de março, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2023 a fevereiro de 2024. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras foi de 7,42%, enquanto em 2022 era de aproximadamente 7,15%; para as transmissoras e usinas cotistas foi de 7,26%, enquanto em 2022 era de aproximadamente 6,93%.

##### Abertura de Consulta Pública para Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22 de junho, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro).  
 Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social.  
 Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual. O próximo passo é a elaboração do decreto que regerá as condições para a prorrogação das concessões vencidas pelo MME.

##### Marco Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei nº 14.300/2022 (marco legal MMGD).  
 Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

##### Sobrecontratação das Distribuidoras – 2018

Em 16 de novembro, foi publicado o Despacho ANEEL nº 4.395, com os valores de exposição e sobrecontratação involuntárias dos agentes de distribuição referente ao ano de 2018.

Para as cinco distribuidoras da Neoenergia o montante aprovado foi "zero". Esse resultado para o ano de 2018 foi conforme esperado, no entanto os critérios adotados pela Aneel não puderam ser confirmados em função da ausência de divulgação da planilha de cálculo com o detalhamento das regras adotadas pela agência. Tanto a ABRADEE quanto as distribuidoras apresentaram recurso solicitando a memória de cálculo da agência uma vez que a metodologia adotada pode alterar a sobre involuntária a ser reconhecida para os anos subsequentes.

##### 3.3. Liberalização do Mercado

Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2023 com 4.038 mil consumidores, 88 mil novos consumidores em relação a 2022 (+2,2%).

Número de Consumidores (Em milhares)	Participação no Total %		2023 / 2022			
	2023	2022	2023	2022		
Residencial	3.647	3.555	90,3%	90,0%	92	2,6%
Industrial	6	5	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	228	228	5,6%	5,8%	-	-
Rural	124	130	3,1%	3,3%	(6)	(4,6%)
Outros	34	33	0,8%	0,8%	-	-
<b>Total</b>	<b>4.038</b>	<b>3.950</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>88</b>	<b>2,2%</b>

#### 4.2. Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	4T23		4T22		Dif.		%		2023		2022		Dif.		%	
	4T23	4T22	4T23	4T22	4T23	4T22	4T23	4T22	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Residencial</b>	1.481	1.389	56,1%	53,0%	92	6,6%	5.729	5.394	55,4%	52,4%	335	6,2%	(85)	(19,1%)		
<b>Industrial</b>	88	104	3,3%	4,0%	(16)	(15,4%)	360	445	3,5%	4,3%	(85)	(19,1%)				
<b>Comercial</b>	498	520	18,9%	19,8%	(22)	(4,2%)	1.967	2.098	19,0%	20,4%	(131)	(6,2%)				
<b>Rural</b>	140	139	5,3%	5,3%	100,0%	0,7%	491	506	4,7%	4,9%	(15)	(3,0%)				
<b>Outros</b>	434	468	16,4%	17,9%	(34)	(7,3%)	1.794	1.849	17,3%	18,0%	(55)	(3,0%)				
<b>Total Energia Distribuída (Cativa)</b>	<b>2.640</b>	<b>2.620</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>	<b>20</b>	<b>0,8%</b>	<b>10.341</b>	<b>10.292</b>	<b>68%</b>	<b>70%</b>	<b>49</b>	<b>0,5%</b>				
<b> Mercado Livre</b>	1.078	1.030	27,7%	27,1%	48	4,7%	4.027	3.954	26,6%	26,9%	73	1,8%				
<b>Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)</b>	<b>3.718</b>	<b>3.650</b>	<b>95%</b>	<b>96%</b>	<b>68</b>	<b>1,9%</b>	<b>14.368</b>	<b>14.246</b>	<b>95%</b>	<b>97%</b>	<b>122</b>	<b>0,9%</b>				
<b>Energia de compensação GD</b>	176	152	4,5%	4,0%	24	15,8%	759	469	5,0%	3,2%	290	61,8%				
<b>Total Energia Distribuída (Cativo + livre + GD)</b>	<b>3.895</b>	<b>3.802</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>93</b>	<b>2,4%</b>	<b>15.127</b>	<b>14.715</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>412</b>	<b>2,8%</b>				

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Pernambuco no 4T23 foi de 3.895 GWh, +2,4% vs. 4T22 e em 2023 foi de 15.127 GWh, +2,8% vs. 2022, influenciada, principalmente, pelo aumento da base de clientes (+2,2%) e impulsionada por maiores temperaturas e menor volume de chuvas no período.  
 O consumo residencial apresentou um aumento de 6,6% no 4T23 vs. 4T22 e de 6,2% em 2023 vs. 2022, também influenciado pelo crescimento da base de clientes, além das maiores temperaturas e menores chuvas em relação ao ano anterior.  
 O segmento cativo da classe industrial reduziu 15,4% no 4T23 vs. 4T22 e 19,1% em 2023 vs. 2022. Quando analisado em conjunto com o mercado livre, o 4T23 teve um aumento de 2,8% vs. 4T22 e em 2023 ficou em linha com 2022, explicado, principalmente, pela migração de um grande cliente para rede básica, expurgando este efeito haveria crescimento de 1% no trimestre e 6% no acumulado.  
 A classe comercial cativa apresentou redução de 4,2% no 4T23 vs. 4T22 e de 6,2% em 2023 vs. 2022.  
 Na classe rural, o resultado do 4T23 ficou em linha com o 4T22 e queda de 3,0% em 2023 vs. 2022.  
 As outras classes apresentaram queda de 7,3% no 4T23 vs. 4T22 e 3,0% em 2023 vs. 2022, com destaque para a classe Poder Público.  
**4.3. Balanço Energético**  
 A energia injetada total incluindo GD atingiu o patamar de 4.885 GWh no 4T23, +5,4% vs. 4T22, e de 18.393 GWh em 2023, +4,0% vs. 2022, explicado, principalmente, pelas maiores temperaturas, menor volume de chuvas e crescimento da base de clientes.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T23		4T22		4T23 x 4T22		2023		2022		2023 x 2022	
	4T23	4T22	4T23	4T22	Dif	%	2023	2022	2023	2022	Dif	%
<b> Mercado Cativo</b>	2.640	2.620	20	0,8%	10.341	10.292	49	0,5%				
<b> Mercado Livre + Suprimento</b>	1.078	1.030	48	4,7%	4.027	3.954	73	1,8%				
<b> Energia Distribuída (A)¹</b>	3.718	3.650	68	1,9%	14.368	14.246	122	0,9%				
<b> Energia Perdida (B)</b>	789	674	114	17,1%	2.996	2.835	161	5,7%				
<b> Não Faturado (C)</b>	82	122	(40)	(32,8%)	39	53	(14)	(26%)				
<b> SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)</b>	4.589	4.446	142	3,2%	17.403	17.135	268	1,6%				
<b> Energia Injetada pela GD (E)</b>	296	188	107	57,4%	990	553	437	79,0%				
<b> ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)</b>	4.885	4.634	251	5,4%	18.393	17.688	705	4,0%				

Nota: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

#### 4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

Neoenergia Pernambuco	4T23		4T22		4T23 x 4T22		2023		2022		2023 x 2022					
	4T23	4T22	4T23	4T22	Dif	%	2023	2022	2023	2022	Dif	%				
<b> Perda Técnica</b>	8,60%	8,65%	8,73%	8,89%	9,00%	7,98%	8,04%	8,09%	8,29%	8,44%	16,58%	16,69%	16,82%	17,18%	17,44%	15,25%
<b> Perdas totais 12 meses (%)</b>																
<b> Perda Técnica</b>	1,474	1,481	1,498	1,535	1,567	1,367	1,376	1,387	1,431	1,469	2,842	2,857	2,885	2,966	3,035	2,586
<b> Perda Não Técnica</b>																
<b> Perda Total</b>																

NOTA: (I) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2023 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2022 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) A tabela normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021 a partir do 3T22, este impacto é nulo a partir do 3T23. (3) Limite Regulatório 12 meses.

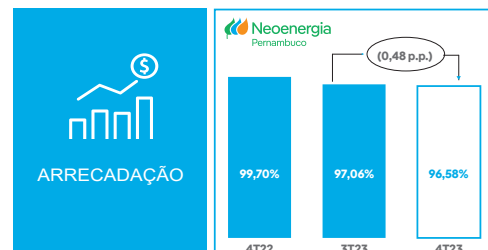
Na Neoenergia Pernambuco, as perdas totais 12 meses encerraram o 4T23 em 17,44%, acima do patamar regulatório de 15,25%. Vale destacar, o impacto de +0,19 p.p. referente à migração de um grande cliente para rede básica.

Em 2023 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Regularização de mais de 135 mil inspeções, com recuperação de mais de 195 GWh de energia;
- (ii) Substituição de mais de 58 mil ligações clandestinas;
- (iii) Substituição de 63 mil medidores obsoletos;
- (iv) Atuação contínua na Iluminação Pública, atualizando 161 mil pontos de cadastro e recuperando 11 GWh;
- (v) Substituição de rede de distribuição convencional por rede blindada em áreas de alta complexidade social.

#### 4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia. O índice de arrecadação é a razão entre a arrecadação dos últimos 12 meses sobre contas vencidas sobre o faturamento 12 meses da Neoenergia Pernambuco.



Com base nos gráficos acima, verificamos uma leve queda em relação ao 3T23 explicada pelo descausamento pontual entre o faturamento, que contempla uma receita maior no trimestre em razão de maiores temperaturas, e a arrecadação, que irá refletir parte deste impacto no trimestre subsequente. A taxa de arrecadação foi de 96,58%.

Os indicadores de arrecadação e a PECLD do 4T23 foram impactados pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal.

PECLD/ ROB	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22x4T23	Limite Regulatório
<b>Neoenergia Pernambuco</b>	ROB	2.222	2.253	2.277	2.204	2	



EBITDA (R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	41	97	(56)	(58%)	6	157	(151)	(96%)
Despesas financeiras (B)	(202)	(251)	49	(20%)	(916)	(866)	(50)	6%
Receitas financeiras (C)	26	50	(24)	(48%)	149	277	(128)	(46%)
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(57)	(14)	(43)	307%	(226)	(158)	(68)	43%
Imposto de renda e contribuição social (E)	(20)	(30)	10	(33%)	4	(66)	70	(106%)
Depreciação e Amortização (F)	(109)	(95)	(14)	15%	(405)	(361)	(44)	12%
<b>EBITDA = A - (B+C+D+E+F)</b>	<b>403</b>	<b>437</b>	<b>(34)</b>	<b>(8%)</b>	<b>1.400</b>	<b>1.331</b>	<b>69</b>	<b>5%</b>

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T23	4T22	Variação		2023	2022	Variação	
			R\$	%			R\$	%
<b>Renda de aplicações financeiras</b>	<b>9</b>	<b>33</b>	<b>(24)</b>	<b>(73%)</b>	<b>76</b>	<b>127</b>	<b>(51)</b>	<b>(40%)</b>
<b>Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida</b>	<b>(222)</b>	<b>(225)</b>	<b>3</b>	<b>(1%)</b>	<b>(968)</b>	<b>(890)</b>	<b>(78)</b>	<b>9%</b>
<b>Outros resultados financeiros não relacionados a dívida</b>	<b>(20)</b>	<b>(23)</b>	<b>3</b>	<b>(13%)</b>	<b>(101)</b>	<b>16</b>	<b>(117)</b>	<b>(731%)</b>
Juros, comissões e acréscimo moratório	17	-	17	-	68	79	(11)	(14%)
Variações monetárias e cambiais - outros	2	30	(28)	(93%)	4	19	(15)	(79%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(9)	(5)	(4)	80%	(39)	(28)	(11)	39%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	2	14	(12)	(86%)	(13)	70	(83)	(119%)
Obrigações pós emprego	(3)	(4)	1	(25%)	(1)	(12)	1	(8%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(29)	(58)	29	(50%)	(110)	(112)	2	(2%)
<b>Total</b>	<b>(233)</b>	<b>(215)</b>	<b>(18)</b>	<b>8%</b>	<b>(993)</b>	<b>(747)</b>	<b>(246)</b>	<b>33%</b>

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 233 milhões no 4T23 (-R\$ 18 milhões vs. 4T22) e de -R\$ 993 milhões em 2023 (-R\$ 246 milhões vs. 2022). O aumento no ano é explicado, principalmente, pelo aumento dos encargos em razão do maior saldo médio da dívida em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para investimento e capital de giro, visando atender à expansão do mercado.

6. INVESTIMENTOS

A Neoenergia Pernambuco realizou Capex de R\$ 804 milhões em 2023, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

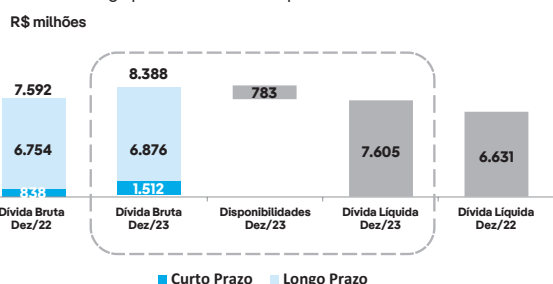
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	4T23	2023	
<b>Expansão de Rede</b>	<b>(109)</b>	<b>(460)</b>	<b>55%</b>
Novas Ligações	(92)	(332)	
Novas SE's e RD's	(16)	(122)	
Compromisso ECV	(1)	(6)	
<b>Renovação de Ativos</b>	<b>(26)</b>	<b>(158)</b>	<b>20%</b>
<b>Melhoria da Rede</b>	<b>(11)</b>	<b>(58)</b>	<b>7%</b>
<b>Perdas e Inadimplência</b>	<b>(6)</b>	<b>(87)</b>	<b>11%</b>
<b>Outros</b>	<b>(17)</b>	<b>(58)</b>	<b>7%</b>
<b>Movimentação Material (Estoque x Obra)</b>	<b>8</b>	<b>(27)</b>	
<b>(-) Investimento Bruto</b>	<b>(161)</b>	<b>(847)</b>	
SUBVENÇÕES	4	17	
<b>(-) Investimento Líquido</b>	<b>(156)</b>	<b>(830)</b>	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(8)	27	
<b>(+) CAPEX</b>	<b>(165)</b>	<b>(804)</b>	
Base de Anuidade Regulatória	(17)	(58)	7%
Base de Remuneração Regulatória	(152)	(763)	93%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

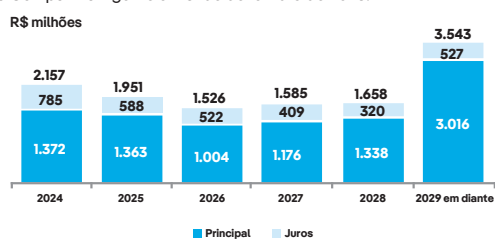
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.605 milhões (dívida bruta de R\$ 8.388 milhões), apresentando um crescimento de 15% (R\$ 975 milhões) em relação a dezembro de 2022. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 82% da dívida contabilizada no longo prazo e 18% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2023.



8. RATING

Em 27 de março de 2023, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano. Em 15 de junho, a S&P reafirmou o rating "BB-" na escala global, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o impacto da elevação do rating do Brasil nos próximos 2 anos. Em 20 de dezembro, a S&P elevou o rating de "BB-" para "BB" na escala global, com perspectiva estável, refletindo o impacto da elevação do rating do Brasil em razão da aprovação Reforma Tributária.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2023	2022	2023 x 2022	
			Dif.	%
Convencional	2.438	2.341	97	4,1%
Baixa Renda	1.208	1.214	(6)	(0,5%)
<b>Total</b>	<b>3.647</b>	<b>3.555</b>	<b>92</b>	<b>2,6%</b>

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Pernambuco possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

Em 2023, a Companhia deliberou os seguintes proventos:  
(i) Dividendos de R\$ 5.291 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023 e pagos em 27 de dezembro de 2023; A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2023 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Pernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos e sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por quatro membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou extraordinariamente sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desentorno / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

Sobre o tema diversidade, em 2023, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:  
• Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho – Como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;

9.2.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de sucesso do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo. A política foi atualizada pela última vez em setembro de 2023.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Sobre o tema diversidade, em 2023, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:  
• Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho – Como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;

• Conteúdos de diversidade e inclusão – Foram mais de 8 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBTQ, luta da pessoa com deficiência e outros;

• Vilarejos Jun+ – Rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQ+ no ambiente de trabalho, Maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBTQ, Pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;

• Escola de Eletricistas – Iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;

• Aforar – Instituído em 2017, o programa promove um sistema de tutoria para jovens com Síndrome de Down na Neoenergia Pernambuco e auxilia a inserção de profissionais com deficiências no mercado de trabalho;

• Curso de línguas – Com o objetivo de formar agentes de inclusão e melhorar a comunicação com deficientes auditivos, o portal de aprendizagem da Companhia oferece o Curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 8% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

O Programa de Voluntariado da Neoenergia oferece permanentemente oportunidades de engajamento em iniciativas sociais de impacto para os moradores da área de atuação da companhia. Todas as iniciativas estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU. Em 2023, o Programa registrou 3.767 participações engajadas, um aumento de 7% se comparado com o ano anterior, superando as projeções mapeadas na meta ESG de voluntariado da Neoenergia.

Algumas ações de 2023 que foram destaques:  
• Absorventes – Arrecadação de mais de 180 mil unidades de absorventes femininos para auxiliar no combate à pobreza menstrual;

- Ensino das Profissões – Palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens;
- Campanha de doação de roupas – Arrecadação de mais de 31 mil peças para 76 instituições beneficiadas.
- Operação quilô – Doação de mais de 38 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 124 ONGs beneficiadas. 2023 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Companhia.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em nosso Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Concentramos nossos esforços nos ODS mais relevantes para o nosso modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantemos compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Seguimos signatários dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável da companhia é materializado em suas Metas ESG. Em 2023, 14 novas metas foram incorporadas ao escopo inicial, totalizando 30 compromissos a serem alcançados em 2025 e 2030, e que serão acompanhados e divulgados trimestralmente. Na tabela abaixo, são apresentados os resultados alcançados no ano:

Metas ESG	Parâmetros	2023	2025	2030
Emissões <sup>1</sup>	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	3,6	3,6	2,0
Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	77,5%	83%	90%
Eletificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	9,7%	13%	50%
Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex. híbrido ou elétrico)	99,6%	99%	100%
Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	7,3	7,5	10
Avaliação de Biodiversidade <sup>2</sup>	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	31,1%	31%	35%
Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postode liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	30,4%	33%	40%
Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	40,3%	30%	35%
Mulheres em postos de eletricistas	% de mulheres em postode eletricistas	8,4%	9%	12%
Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	3.767	3.700	4.700
Segurança (ISO 45.001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45.001	50,8%	50%	60%
Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,23	<0,43	<0,39
Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	94	67	70
S Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,1%	95,1%	95,1%
Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	13	22	ND
Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	347,2	280	412
Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,68	9,29	8,44
Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	99,5%	>90%	>90%
Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	89,2%	>80%	>85%
Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos.	✓	✓	✓
Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	374	316	316
Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	12.272	11.500	13.100
Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
G Práticas de Governança Corporativa	Mantiver as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
F Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	49%	>60%	>75%

Notas:

<sup>1</sup> Em 2023, a intensidade de emissões reduzidas verificada se deve ao fato da Usina Termopernambuco, movida a gás natural, só haver sido despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) no último trimestre.

<sup>2</sup> Em 2023, a definição do Marco de Contabilidade de Biodiversidade da Neoenergia representou o primeiro produto de cumprimento desta meta. A partir da metodologia definida, a Neoenergia se tornou apta a iniciar o processo de medição dos ativos para realização de avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo.

Durante o ano, mantivemos nosso compromisso em gerar, cada vez mais, energia limpa e sustentável para todos. Lançamos em março de 2023, o primeiro complexo de geração associada de energia renovável no Brasil. Localizado no sertão da Paraíba, se caracteriza pela sinergia entre os ativos dos parques eólico e solar com a linha de transmissão e a subestação. Essa característica otimiza o uso da rede de transmissão em razão da complementariedade das fontes.

No âmbito social, empenhados em oferecer um ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo e diverso, firmamos dois novos compromissos de diversidade de gênero e racial com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e passamos a integrar o primeiro índice de diversidade do B3, o IDiversa, que tem como objetivo tornar os indicadores de diversidade visíveis e tangíveis para o mercado e proporcionar comparabilidade no desempenho das 79 empresas classificadas no índice. Podemos destacar também a adesão do Instituto Neoenergia ao Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas na COP28 e as diversas iniciativas socioambientais que contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária. Como destaques dentro do universo de governança em 2023 estamos entre as três empresas do setor elétrico com melhor reputação no Brasil, de acordo com o ranking do Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco). E, ficamos classificados entre as 100 maiores empresas de todos os setores. Tivemos esse reconhecimento pelos resultados econômico-financeiros e pelas metas ESG para 2025 e 2030. O recebimento do Selo Prê-tiça, pelo quinto ano consecutivo, concedido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e a colocação entre as 50 empresas mais engajadas em inovação aberta no Brasil no ranking do 100 Open Corps 2023 também nos enche de orgulho e aponta que estamos no caminho certo. As práticas sustentáveis da Neoenergia destacam a companhia e permitem o seu posicionamento em importantes índices e ratings de sustentabilidade e governança. Em 2023 mantivemos nossa participação, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permanecemos no The Sustainability Yearbook, da S&P e fomos destaque no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para a Neoenergia garantir a sustentabilidade, a eficiência, a competitividade e manter-se na vanguarda do desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócios que permitam enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da transformação do setor elétrico. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia em todas as unidades de negócios. A estratégia de inovação se alinha à estratégia de desenvolvimento sustentável assumida pela Neoenergia, com foco em fomentar energias renováveis e aproveitar oportunidades representadas pela digitalização e automação dos negócios. Assim, busca tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

A construção e execução da estratégia de inovação envolve as áreas de Negócio, de Pesquisa e Desenvolvimento, de Transformação Digital e áreas Corporativas, em um esforço coordenado pela Superintendência de Inovação, Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa. A governança do processo tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, implantada em 2021, como solução tecnológica para a gestão do portfólio de inovação e que estimula a diversidade de ideias para buscar soluções promissoras para os negócios da companhia e o setor elétrico.

Durante 2023, a Neoenergia investiu em PDI um total de R\$ 160,3 milhões. Os esforços estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, de descarbonização e da eletrificação da economia.

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, de descarbonização e da eletrificação da economia:



dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

**10.6. Pesquisa e Desenvolvimento**

Em 2023, foram investidos R\$ 50,38 milhões no Programa de PDI ANEEL, sendo R\$ 15,32 milhões para projetos da empresa Neoenergia Pernambuco, R\$ 19,48 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 9,74 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 5,84 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Seguem destaques dos projetos desenvolvidos pela Neoenergia Pernambuco:

**Redes Inteligentes**

- (i) **GODEL Analytics**, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas;
- (ii) **GODEL Conecta**, premiado em 2023 no XXVII SNTPEE - Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica como 1º lugar no Grupo de Estudos de Sistemas de Distribuição, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem as suas consultas e obtenham respostas imediatas;
- (iii) **Conexão Digital**, que atua em três pilares: modernização da jornada dos clientes, desenvolvimento integrado de soluções digitais e inclusão digital, promovendo melhorias nas experiências dos consumidores da Neoenergia, tendo sempre o cliente no centro do negócio.

**Segurança**

- (i) **Braço Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma automatizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência;
- (ii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo;

**Eficiência Operacional**

- (i) **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;

**Sustentabilidade**

- (i) **Caminhão Elétrico**, que possui cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de rede de distribuição de energia, além de um sistema inteligente para o gerenciamento da carga de forma segura e eficiente na rede de baixa tensão;
- (ii) **Trilha Verde em Fernando de Noronha**, que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, utilizando veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia;
- (iii) **Corredor Verde**, iniciativa reconhecida através do Prêmio ECO AMCHAM em 2023 na categoria "Práticas de Sustentabilidade, Produtos e Serviços para Grandes Empresas", o primeiro corredor elétrico e a maior eletrovia de recargas rápidas da Região Nordeste, com mais de 1200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN), que viabilizou uma ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos (VEs) na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas;
- (iv) **Microrrede**, um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, em operação desde 2022, constituindo uma alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT), que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia e viabilizou a implementação de uma microrrede 100% renovável.
- (v) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para aplicação em abastecimento veicular.

**11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA**

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2023:

**Selo Pró-Ética edição 2022/2023** - Por seu comprometimento com medidas de integridade para prevenir e combater práticas de fraude e corrupção, a Neoenergia foi reconhecida, pela quinta vez consecutiva, com o Selo Pró-Ética edição 2022/2023. A iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) também premiou as distribuidoras Neoenergia Coelba (BA), **Neoenergia Pernambuco** (PE) e Neoenergia Cosern (RN).

**12. AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 542.696,00, dos quais R\$ 435.556,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 107.140,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

**13. BALANÇO SOCIAL**

Como forma de demonstrar nosso compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável, divulgamos anualmente nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança em nosso Relatório de Sustentabilidade.

O documento é elaborado com base nas normas 213 da Global Reporting Initiative (GRI) e nos padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico. Consideramos também as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado desde 2004 e o documento referente ao ano de 2023 será publicado até 31 de março de 2024 no site da companhia (www.neoenergia.com).

**14. NOTA DE CONCILIAÇÃO**

A Neoenergia Pernambuco apresenta os resultados do 4T23 e 2023, a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	4T23	4T22	2023	2022	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	2.185	2.134	8.473	7.931	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(45)	(56)	(20)	(199)	Nota 3
(-) Outras receitas	(33)	(40)	(140)	(130)	Nota 3
<b>= RECEITA Operacional Líquida</b>	<b>2.107</b>	<b>2.038</b>	<b>8.132</b>	<b>7.602</b>	
(+) Custos com energia elétrica	(1.345)	(1.204)	(5.150)	(4.684)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(7)	9	(22)	(4)	Nota 6
(+) Custos de construção	(153)	(256)	(799)	(897)	Demonstrações de resultado
<b>= Custo com Energia</b>	<b>(1.505)</b>	<b>(1.451)</b>	<b>(5.971)</b>	<b>(5.585)</b>	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	45	56	20	199	Nota 3
<b>= MARGEM BRUTA</b>	<b>647</b>	<b>643</b>	<b>2.362</b>	<b>2.216</b>	
(+) Custos de operação	(229)	(194)	(859)	(793)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(17)	(20)	(73)	(76)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(10)	(85)	(372)	(334)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	7	(9)	22	4	Nota 6
(-) Depreciação e Amortização	109	95	405	361	Nota 6
(+) Outras receitas	33	40	140	130	Nota 3
<b>= Despesa Operacional (PMO)</b>	<b>(198)</b>	<b>(173)</b>	<b>(737)</b>	<b>(708)</b>	
(+) PCE	(46)	(33)	(225)	(177)	Demonstrações de resultado
<b>EBITDA</b>	<b>403</b>	<b>437</b>	<b>1.400</b>	<b>1.331</b>	
(+) Depreciação e Amortização	(109)	(95)	(405)	(361)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(233)	(215)	(993)	(747)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(20)	(30)	4	(66)	Demonstrações de resultado
<b>Lucro Líquido</b>	<b>41</b>	<b>97</b>	<b>6</b>	<b>157</b>	Demonstrações de resultado

(\*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética de Pernambuco S.A. ("Neoenergia Pernambuco" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Pernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Pernambuco.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Pernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (r.neoenergia.com).

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>3</b>	<b>8.473</b>	<b>7.931</b>
<b>Custos</b>		<b>(6.808)</b>	<b>(6.374)</b>
Custos com energia elétrica	4	(5.150)	(4.684)
Custos de construção	6	(799)	(897)
Custos de operação	5	(859)	(793)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.665</b>	<b>1.557</b>
Perdas de créditos esperadas	10.2	(225)	(177)
Despesas com vendas	6	(73)	(76)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(372)	(334)
<b>Lucro operacional</b>		<b>995</b>	<b>970</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>7</b>	<b>(993)</b>	<b>(747)</b>
Receitas financeiras		149	27
Despesas financeiras		(916)	(846)
Outros resultados financeiros, líquidos		(226)	(158)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>2</b>	<b>223</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>8.1.1</b>	<b>4</b>	<b>(66)</b>
Corrente		4	(1)
Diferido		-	(65)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6</b>	<b>157</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	<b>19.2 (a)</b>		
Ordinária		0,08	2,15
Preferencial A		0,08	2,15
Preferencial B		0,09	2,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhões de reais)

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>6</b>	<b>157</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Obrigações com benefícios à empregados	(10)	(65)
Hedge de fluxo de caixa	(1)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	3	22
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(8)</b>	<b>(43)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>		
Hedge de fluxo de caixa	59	(32)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(19)	96
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>40</b>	<b>(64)</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	<b>32</b>	<b>(107)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>38</b>	<b>50</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhões de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Total
				Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros		dividendos	adicionais	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>663</b>	<b>446</b>	<b>(99)</b>	<b>68</b>	<b>353</b>	<b>112</b>	-	-	-	<b>1.543</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6	-	-	6
Outros resultados abrangentes	-	-	32	-	-	-	-	-	-	32
<b>Destinação do lucro líquido:</b>										
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	3	2	(5)	-	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>663</b>	<b>446</b>	<b>(67)</b>	<b>68</b>	<b>356</b>	<b>114</b>	-	-	-	<b>1.580</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>663</b>	<b>485</b>	<b>8</b>	<b>68</b>	<b>353</b>	-	-	-	-	<b>1.512</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	157	-	-	157
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(255)	(255)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(107)	-
Retenção de ações	-	(39)	-	-	-	-	-	-	(39)	-
<b>Destinação do lucro líquido:</b>										
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	-	112	(112)	-	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(45)	-	-	(45)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>663</b>	<b>446</b>	<b>(99)</b>	<b>68</b>	<b>353</b>	<b>112</b>	-	-	-	<b>1.543</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO ("Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 92.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e estrutura. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros:** Considerações gerais e políticas internas: A estratégia de Gestão de Risco aplicada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por agência competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; - O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-dividido com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; - Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e - Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através de visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumi-

das por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR, SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidades dos preços de <i>commodities</i> e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2023, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7. (iv) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities*: variações nos preços de *commodities* podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. *Commodities energéticas*: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2023	2022
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	738	907
Contas a receber de clientes e outros	10	1.904	1.705
Títulos e valores mobiliários		19	25
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	1	219
Outros tributos a recuperar	8.2.1	499	452
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	306	159
Outros ativos circulantes		226	207
<b>Total do circulante</b>		<b>3.693</b>	<b>3.674</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes e outros	10	104	102
Títulos e valores mobiliários		26	30
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	35	45



financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performamos' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores futuros de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

<b>Rating de longo prazo em escala nacional</b>	<b>Moody's</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>Fitch</b>
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	-
Goldman Sachs	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
BNDES	AAA	AAA	AAA
Votorantim	AA	AAA	-
Safra	AA	AAA	-
Bank of America (1)	-	-	-
JP Morgan	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Scotiabank	AAA	-	-
HSBC	AAA	AAA	-
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	AA-	A-
Banco Pine	BBB+	A-	-

(1) Bank of America - BofA possui *rating* somente em escala global.

**1.1.2 Gestão de riscos operacionais: (a) Riscos regulatórios: Ambiente Regulatório:** A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações ineridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de alteração tarifária e a realização da RTE dependem do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais efetivos, remuneração adequada, entre outros) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da Juros SELIC. O descumprimento de quaisquer desses pontos pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Os indicadores de sustentabilidade são apurados a partir dos dados econômico-financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória, que somente estarão disponíveis para avaliação a partir de abril de 2024. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores. **Indicadores de Continuidade do Fornecimento:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECl - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos dentro dos últimos 5 (cinco) anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos 5 (cinco) anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da distribuidora. **Postergação de Reajustes:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do Governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei nº 8.631/1993. **Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estimulas a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais, e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizadas pelos normativos regulatórios. **(b) Risco Hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico. **(c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância segurada (R\$)</b>
Terrorismo	31/05/2023 a 31/05/2024	500
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2023 a 31/05/2024	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2023 a 08/10/2025	100% FIPE
Veículos - Executivo	31/05/2023 a 31/05/2024	1154
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2023 a 31/05/2024	
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2023 a 15/06/2024	
Veículos - Operacional	31/05/2023 a 31/05/2024	
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	
Transporte - Óleo	08/10/2022 a 08/10/2024	
D&O	23/08/2023 a 23/08/2024	150
Cibersegurança	31/05/2023 a 31/05/2024	27
Veículos - Projeto Noronha	31/05/2023 a 31/05/2024	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2024. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

<b>Notas</b>	<b>Estimativas e julgamentos significativos</b>
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição
8.1	Ativos não faturados
10.2	Tributos sobre o lucro diferidos
11	Perdas de crédito esperadas
12	Ativos e passivos financeiros setoriais
16.1	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
18.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são as seguintes: **Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

**Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroair rendimento (" <i>Sale and Leaseback</i> ") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (" <i>Reverse factoring</i> "), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.616	4.920
Disponibilidade da rede elétrica (1)	5.091	5.070
Construção de infraestrutura da concessão	799	897
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	207	166
Valor de reposição estimado da concessão (2)	201	199
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	537	(104)
Outras receitas (nota 3.3)	140	130
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>11.591</b>	<b>11.278</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(3.118)	(3.347)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>8.473</b>	<b>7.931</b>

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 4.487 (R\$ 4.556 em 31 de dezembro de 2022) e livres R\$ 604 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2022); e (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR"). **Reajuste Tarifário Anual - IRT 2023:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 09 de maio de 2023, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética de Pernambuco - NEOENERGIA PERNAMBUCO, com vigência a partir de 14 de maio de 2023, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.195/2023. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 9,02%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 10,41%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em 8,51%. O uso dos créditos tributários de PIS/COFINS, conforme a Lei nº 14.385/2022 a consideração da CDE Eletrobras, bem como o posicionamento tarifário da parcela B, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor. A variação da parcela A no reajuste foi de 6,1%, totalizando R\$ 299, impactada principalmente pelo aumento de 8,7% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 279,12 MWh.

**3.1 Fornecimento de energia elétrica:**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
	<b>GWh</b>		<b>R\$</b>	
Residencial	5.709	5.394	4.632	4.458
Comercial	1.964	2.098	1.742	1.931
Industrial	360	445	389	454
Rural	490	506	364	351
Poder público	644	623	522	510
Iluminação pública	493	526	256	294
Serviços públicos	641	681	379	396
Consumo próprio	17	19	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	39	67
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(4.487)	(4.556)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	780	1.013
<b>Total</b>	<b>10.318</b>	<b>10.292</b>	<b>4.616</b>	<b>4.920</b>

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 14 de maio de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.195/2023; e (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 439 (R\$ 379 em 31 de dezembro de 2022) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 241 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2022) referentes à subvenção CDE; (iii) R\$ 0 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção *bônus crise* hidrica; (iv) R\$ 78 (R\$ 158 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 0 (R\$ 87 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 22 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2022) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

**3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>CVA e neutralidade</b>		
Energia (1)	(154)	(509)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	147	(604)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(27)	38
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (3)	(2)	2
Neutralidade de encargos setoriais	(22)	29
PROINFA	(12)	4
<b>Total</b>	<b>(70)</b>	<b>(1.040)</b>

**Componentes financeiros e subsídios**

Repasse de sobrecontratação (4)	186	475
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (5)	6	33
Passivo conta COVID	7	3
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	393	306
Crédito consumidor reversão para modicidade	1	5
Modicidade Eletrobras (7)	128	(187)
Bandeira escassez hídrica (8)	(121)	291
Outros	7	10
<b>Total</b>	<b>607</b>	<b>936</b>
	<b>537</b>	<b>(104)</b>

(1) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2023, conforme determinado pela ANEEL, resultando em uma redução da CVA a devolver em 2023 e referente à amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2022 e 2023; (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o custo do Encargo de Segurança Energética, conforme determinado pela ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2022 e 2023; (3) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.217/2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023 até 30 de junho de 2024, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2022 e 2023; (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente ao aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (5) Constituição ativa referente à Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET; (6) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RF. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2023 R\$ (239) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2023, o valor ativo de R\$ 393 em contrapartida da redução da receita; (7) Referente ao aporte à CDE relativa da Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e Despacho ANEEL nº 1.959/2022 e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2023, sendo contabilizado pela Companhia o ativo de R\$ 128 em 31 de dezembro de 2023; e (8) A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2023, o valor de R\$ (392), conforme REH nº 3.195/2023, referente ao componente financeiro positivo correspondente a reversão dos custos relacionados à bandeira escassez hídrica, sendo constituído até dezembro de 2023, o valor passivo de R\$ 121.

**3.3 Outras receitas:**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Arrendamentos e aluguel	110	99
Comissão serviços de terceiros	22	21
Renda da prestação de serviços	7	2
Serviço taxado	6	6
Administração de faturas de fraudes	5	4
(-) Compensação regulatória (1)	(10)	(2)
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>130</b>

(1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em caso de atraso no atendimento das solicitações de serviços.

**3.4 Deduções de receita bruta:**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Tributos</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.466)	(1.801)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(848)	(807)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(7)	(6)
<b>Total</b>	<b>(2.321)</b>	<b>(2.614)</b>
<b>Encargos setoriais</b>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(671)	(603)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(37)	(34)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(43)	(54)
Outros encargos (1)	(46)	(42)
<b>Total</b>	<b>(797)</b>	<b>(733)</b>
	<b>(3.118)</b>	<b>(3.347)</b>

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE. **3.5 Política contábil e julgamentos críticos:** **Contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como

característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica. As subvenções são registradas em uma sistemática durante os períodos em que o objeto da subvenção seja reconhecido no resultado do exercício, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimativa, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anulado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo



dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>2</b>	<b>223</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(1)</b>	<b>(76)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	14
Incentivos fiscais (I)	3	-
Excesso de previdência privada	(5)	(9)
Outras adições (reversões) permanentes	7	4
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>4</b>	<b>(66)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-200%</b>	<b>30%</b>
Corrente	4	(1)
Diferido	-	(65)

(I) A variação refere-se ao incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício Sudene.

**8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2023	2022
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>98</b>	<b>28</b>
<b>Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)</b>	<b>43</b>	<b>53</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	33	41
Provisão para processos judiciais	90	79
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	118	111
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	23	24
Arendamentos capitalizados	3	2
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	16	14
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	12	14
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(427)	(358)
Capitalização de juros de dívida	(63)	(63)
Valor justo de instrumentos financeiros	28	48
Outros	17	14
<b>Total</b>	<b>(9)</b>	<b>7</b>
Ativo não circulante	-	7
Passivo não circulante	(9)	-

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7</b>	<b>-</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	-	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(16)	-
Transferências entre ativos e passivos	9	(9)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>18</b>	<b>-</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(65)	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	54	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

**8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar:**

	2023	2022
IRPJ	242	191
CSLL	31	28
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>219</b>
Circulante	1	219
Não circulante	272	-

**8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante de R\$ 1.830 (R\$ 1.694 em 31 de dezembro de 2022), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é de tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem: (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.779 (R\$ 1.640 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 4 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2022). **8.1.5 Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL:** O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como segue:

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>53</b>	<b>64</b>
Amortização	(30)	(32)
Reversão	20	21
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>43</b>	<b>53</b>

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2024	2025	2026	2027	2028
	9	9	9	8	8

**8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar às demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

**8.2 Outros Tributos: 8.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	123	138
Programa de Integração Social - PIS	319	365
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.515	1.718
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2	2
Outros	8	9
<b>Total</b>	<b>1.965</b>	<b>2.232</b>
Circulante	499	452
Não circulante	1.466	1.780

**8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	43	33
Programa de Integração Social - PIS	8	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	38	36
Impostos e contribuições retidos na fonte	16	16
Outros	111	107
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>190</b>
Ativo não circulante	25	26
Passivo não circulante	181	164
Programa de Eficiência Energética - PEE	55	52
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	22	15
Outros	(2)	4
<b>Encargos setoriais</b>	<b>100</b>	<b>97</b>
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>204</b>
Circulante	197	183
Não circulante	14	21

**8.3 Ressarcimento a consumidores - Tributos federais:** De acordo com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2017, o valor do ICMS destacado na nota fiscal não deve integrar a base de cálculo do PIS e do COFINS. Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tributários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022. O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, bem como a movimentação, representando o montante de R\$ 1.775 em 31 de dezembro de 2023, estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>2.025</b>	<b>2.172</b>
Atualização monetária	159	152
Compensação	(409)	(299)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>1.775</b>	<b>2.025</b>

Circulante	372	299
Não circulante	1.403	1.726

**9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	91	77
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	489	432
Fundos de Investimento	158	598
<b>Total</b>	<b>738</b>	<b>907</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (100,31% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é constituída, principalmente

por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2023	2022
<b>Carteira Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	158	398
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>398</b>

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atreladas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

**10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	2023			2022		
	Recebeível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebeível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.523	(822)	1.701	2.189	(656)	1.533
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	29	-	29	22	-	22
Disponibilidade da rede elétrica	66	(5)	61	57	(3)	54
Subvenções e subsídios governamentais	125	-	125	112	-	112
Outros recebíveis	132	(40)	92	121	(35)	86
<b>Total</b>	<b>2.875</b>	<b>(867)</b>	<b>2.008</b>	<b>2.501</b>	<b>(694)</b>	<b>1.807</b>
Ativo circulante	-	-	1.904	-	-	1.705
Ativo não circulante	-	-	104	-	-	102

**10.1 Fornecimento de energia:** A composição do conta a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2023		2022	
	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.015	(550)	833	(429)
Comercial	319	(110)	282	(86)
Industrial	139	(59)	132	(57)
Rural	166	(54)	130	(42)
Poder público	171	(13)	149	(14)
Iluminação pública	175	(8)	173	(5)
Serviço público	110	(4)	101	(2)
Não faturado	428	(24)	389	(21)
<b>Total</b>	<b>2.523</b>	<b>(822)</b>	<b>2.189</b>	<b>(656)</b>

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2023		2022	
	Recebeível	Perdas de créditos esperadas	Recebeível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	861	(52)	750	(49)
<b>Saldos vencidos:</b>	<b>1.662</b>	<b>(770)</b>	<b>1.439</b>	<b>(607)</b>
Entre 1 e 90 dias	400	(35)	366	(44)
Entre 91 e 180 dias	103	(36)	95	(39)
Entre 181 e 360 dias	210	(98)	216	(90)
Acima de 360 dias	949	(601)	762	(434)
<b>Total</b>	<b>2.523</b>	<b>(822)</b>	<b>2.189</b>	<b>(656)</b>

**10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE:**

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(694)</b>	<b>(616)</b>
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(225)	(178)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	52	100
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(867)</b>	<b>(694)</b>

Em 31 de dezembro de 2023, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 225 (R\$ 178 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 0 de resultado financeiro (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022). **10.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

**11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)**

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2023		2022	
	Direito	Efeito líquido	Obrigações	Efeito líquido
<b>CVA e neutralidade</b>				
Energia	-	(207)	(207)	131
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	58	(116)	(58)	173
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	22	-	22	46
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão	116	-	116	104
Outros	-	(3)	(3)	9
<b>Total</b>	<b>1.302</b>	<b>(1.087)</b>	<b>215</b>	<b>1.476</b>
<b>Valores homologados pela ANEEL (em reversão)</b>	<b>392</b>	<b>(348)</b>	<b>44</b>	<b>394</b>
<b>Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)</b>	<b>910</b>	<b>(739)</b>	<b>171</b>	<b>1.082</b>
<b>Total</b>	<b>1.302</b>	<b>(1.087)</b>	<b>215</b>	<b>1.476</b>
Ativo circulante	5	(2)	2	(3)
Passivo não circulante	-	(91)	-	(121)

(I) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou um ativo de R\$ 655, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (2) Em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução dos créditos do PIS/COFINS sobre o ICMS, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2023 a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos, como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2023 a março de 2024 está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal; e (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modicidade tarifária e mitigação das tarifas. A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.476</b>	<b>(1.438)</b>	<b>38</b>
Constituição (I)	1.347	(451)	896
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(781)	422	(359)
Atualização monetária	76	(89)	(13)
Transferências (3)	(816)	469	(347)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.302</b>	<b>(1.087)</b>	<b>215</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.085</b>	<b>(714)</b>	<b>371</b>
Constituição	1.002	(754)	248
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(744)	392	(352)
Atualização monetária	142	(72)	70
Transferências	(9)	(290)	(299)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.476</b>	<b>(1.438)</b>	<b>38</b>

(I) Em 2023, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 896, com destaque para o item de Risco Hidrológico, referente a reversão da antecipação de tal componente financeiro, conforme valores homologados pela ANEEL, além da CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (2) Em 2023, a Companhia amortizou o montante de R\$ (359), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2022 e 2023; e (3) O efeito líquido refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. **11.1 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder





20.2 Transações com partes relacionadas:

	2023			Total
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	
<b>Resultado do exercício</b>				
Receita operacional líquida (a)	4	-	-	4
Custos dos serviços (a)	(1.785)	-	(298)	(2.083)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	11	-	(16)	(5)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	(1.770)	(78)	(1)	(2.149)
	<b>(1.770)</b>	<b>(78)</b>	<b>(315)</b>	<b>(2.163)</b>

20.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		2023		2022		
			Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício	Ativo / Passivo	Resultado do exercício	
a	TERMOENERGIA S.A. ENERGETICA ÁGUAS	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2030	2024	(246)	(1.751)	(242)	(1.758)
a	DA PEDRA, S.A. (EAPSA)	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2040	2024	(3)	(9)	(3)	(24)

Controladora:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		2023		2022		
			Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício	Ativo / Passivo	Resultado do exercício	
c	NEOENERGIA, S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2026	2024	32	(78)	33	(45)
e	NEOENERGIA, S.A.	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(1)	-	(39)	-

Acionistas e outros:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		2023		2022		
			Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício	Ativo / Passivo	Resultado do exercício	
a	TELES PIREAS	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	-	-	(4)	(30)
a	NORTE ENERGIA	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2024	(38)	(298)	(34)	(279)
e	Minoritários	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(1)	-	(2)	-
b	Néos	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	(17)	(27)	(17)	(19)

20.4 Remuneração da Administração (Pessoal-chave): A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2023	2022
Salários e benefícios recorrentes	2	1
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	4	3

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023			2022		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	580	-	158	509	-	398
Títulos e valores mobiliários	1	-	44	1	-	54
Contas a receber de clientes e outros	2.875	-	2.501	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	35	-	45	-	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	306	-	159	-	-	-
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	-	4.951	-	-	4.202
Outros ativos	24	-	31	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.786</b>	<b>35</b>	<b>5.153</b>	<b>3.201</b>	<b>45</b>	<b>4.654</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e contas a pagar e empreiteiros	867	-	847	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.137	-	7.492	-	-	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	91	-	121	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	286	-	145	-	-
Passivo de arrendamento	21	-	23	-	-	-
Outros passivos	158	-	7	184	-	6
<b>Total</b>	<b>9.274</b>	<b>286</b>	<b>7.667</b>	<b>145</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

CA - Custo Amortizado

VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR - Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.6 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2023			2022		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	158	-	158	398	-	398
Títulos e valores mobiliários	44	-	44	54	-	54
Instrumentos financeiros derivativos	35	-	35	45	-	45
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	4.951	4.951	-	4.202	4.202
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>4.951</b>	<b>5.188</b>	<b>497</b>	<b>4.202</b>	<b>4.699</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	286	-	286	145	-	145
Outros passivos	7	-	7	6	-	6
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>-</b>	<b>293</b>	<b>151</b>	<b>-</b>	<b>151</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2023 e 2022, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 201 e R\$ 192, respectivamente. As demais operações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023			2022		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil - Nível 2	Saldo contábil - Nível 2	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	8.137	8.142	7.492	7.400	-	-

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (I) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo Amortizado ("CA"): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juro sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o fluxo de caixa por meio de recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas; - Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (II) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (I) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor

	2023			Total
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	
<b>Resultado do exercício</b>				
Receita operacional líquida (a)	3	-	-	3
Custos dos serviços (a)	(1.779)	-	(333)	(2.112)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	3	-	(15)	(12)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(45)	(4)	(49)
	<b>(1.773)</b>	<b>(45)</b>	<b>(352)</b>	<b>(2.170)</b>

justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (II) **Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis no B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita de mercado, dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	US\$ 288	US\$ 288	2024 - 2026	1.352	1.412
Passivo	R\$ 1.459	R\$ 1.465		(1.484)	(1.512)
<b>Líquido</b>				<b>(134)</b>	<b>(100)</b>

**Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados em Dólar. O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Programa de hedge para desembolsos em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados em Dólar. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Desembolso EUR	€ 2	€ -	2024	(1)	-
<b>Líquido</b>				<b>(1)</b>	<b>-</b>

**Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Iene:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas. O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados ao fluxo de caixa:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	JPY 18.247	JPY -	2028-2033	637	-
Passivo	R\$ 731	R\$ -		(753)	-
<b>Líquido</b>				<b>(116)</b>	<b>-</b>

**21.8 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 62 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2023. **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação (Saldo/ Nacional)	Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	4,8413	(1.394)	(1.410)	(211)
Exposição Líquida				1.352	1.367	205
Dívida em Iene	Iene (JPY)	Alta do Iene	0,0342	(624)	(641)	(96)
Exposição Líquida				637	654	98
				13	13	2

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de

proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	5,3516	(8)	1	2
NDF				8	(1)	(2)

Exposição Líquida

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	694	79	(12)	(24)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	11,65%	(3.725)	(476)	(71)	(143)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	11,65%	(2.239)	(286)	(43)	(86)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(2.443)	(223)	(16)	(31)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (I)		Construção de Infraestrutura	
	2023	2022	2023	2022
	3.197	816		
	3.387	916		
	3.568	999		
	3.823	1.029		
	3.852	1.060		
Entre 2030 e 2034	22.790	5.863		
Entre 2035 e 2039	5.433	1.276		

(I) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atende os compromissos impostos pela legislação.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

**Emissão de debêntures:** Em 02 de janeiro de 2024, a Companhia captou o montante de R\$ 436, via 13ª emissão de debêntures com prazo de vencimento em até 10 anos.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Elena León Muñoz Presidente		
TITULARES		
Fulvio da Silva Marcondes Machado	Solange Maria Pinto Ribeiro	Leonardo Pimenta Gadelha
Edison Antônio Costa Britto Garcia		
DIRETORIA		
Saulo Cabral e Silva Diretor Presidente	Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Luciana Maximino Maia Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação		